

Ética e Política

Há pensadores que afirmam que a ética e a política tratam da mesma realidade. Com cuidado, faria a seguinte distinção: a ética, como filosofia, segundo a lição de Hegel¹ não se pronuncia, por consciente precaução metodológica, sobre *como* as coisas devem ser. Ele se contenta em inclinar-se, criticamente, sobre o que *é*, ou o que *foi*, no sempre penoso *esforço do conceito*². A missão da ética, como filosofia, é oferecer à *prática* critérios fundados na razão, garantindo uma prática sensata. Adiantando nossa conclusão, essa *prática* é a *política*. Procedamos, então, com método: primeiro, vamos ver o que seria ética; depois, o que é política; finalmente, o que essa ética teria a dizer sobre o atual momento político brasileiro.

A ética

Remete a uma dimensão *valorativa* dos fenômenos, dos seres, dos fatos. Mas a questão filosófica básica está em buscar, numa reflexão crítica, o que *fundamenta* a ética, isto é, qual o fundamento para dizer que algo é bom/mau. Quem se guia por um credo religioso já tem metade do caminho andado: como acredita em algo, seu fundamento é a fé. Mas como proceder quando se quer buscar uma racionalidade, de qualquer tipo, para fundamentar a ética?

Para alguns, é bom/mau o que está de acordo com a natureza. Pode-se questionar: mas se é assim, devemos deixar tudo como está, não podemos interferir em nada. Talvez essa fundamentação esqueça que o ser humano também pertence a essa natureza e, por bem ou por mal, ele pensa, cria, transforma o mundo. Sua ação criadora e transformadora seria também, até certo ponto, *natural*.

Outros fundamentam a ética na lei, no contrato coletivo. É bom/mau o que é legislado. Tudo bem, mas podemos correr o risco de esquecer de perguntar *como essas leis foram criadas*. Um sistema ditatorial, como o do Brasil de 1964, foi extremamente fértil em produzir leis de muitas vezes *interesses particulares* em proveito dos que tinham se apropriado do poder.

Finalmente, há alguns que procuram a fundamentação da ética naquilo que se poderia chamar da *ética do discurso, da dialogicidade*. A ética seria "uma instância crítica e propositiva do dever ser das relações humanas, construída através da ação comunicativa". Esse termo, "ação comunicativa", remete a Karl-Otto Apel, Habermas, Paulo Freire e muitos outros. O pressuposto é que é possível chegar a um entendimento pela comunicação, e que se houver problemas de entendimento, a solução só pode vir, novamente, através da comunicação: sem comunicação, não há salvação. Através, pois, de um diálogo em pé de igualdade, sem coerção das partes, onde todos possam igualmente dizer sua palavra, é possível instituir um patamar, uma instância *crítica*, sempre em construção, de como as coisas devem ser.

Alguém pode achar isso complicado, mas com um pouco de reflexão se pode ver que é um caminho eficaz. Tente colocar isso em prática e verá como se podem resolver facilmente muitos problemas. Os acordos, as instâncias éticas, podem ser precários, mas é o caminho.

A política

Discute-se se a política é ciência ou se é arte. De qualquer modo, é uma prática que tem como objetivo organizar o dia-a-dia, o bem comum da sociedade. Nas formações sociais de que temos memória, essa tarefa era exercida pelos patriarcas, pessoas carismáticas que legislavam e geriam a sociedade. Com o surgimento de grupos de *famílias igualitárias*, isto é, da *polis*, apareceu também a necessidade de se pensar quem cuidaria do bem público, do bem comum. Temos, então, a política. Ligando, agora, a ética à política, nos perguntamos: como a ética poderia ajudar a fazer da política brasileira uma *prática sensata*?

Política brasileira e ética

Na inspiração do que foi dito acima, arriscaria especificar dois pontos. Primeiro: o exame, mesmo superficial, da prática política brasileira, mostra que ela prescindiu, e ainda prescinde, daquilo que é essencial à democracia: a participação dos cidadãos na instituição do que é o público. A começar das próprias instâncias partidárias, o que se percebe é a apropriação, por parte de uma cúpula elitista, das decisões, sem diálogo e sem transparência. Na instância administrativa e na gerência do dinheiro público, diretores de órgãos governamentais e gerentes de estatais praticam um jogo de influência para se apropriar de "excedentes" provindos de benesses tangenciais. No cerne da política, falta aos cidadãos a possibilidade de controlar os gerentes da *res publica* (coisa pública).

Segundo: há um ponto crucial, no que se refere à ética na política, que é necessário realçar com ênfase no brasileiro. Os gregos davam o "cidadão" não apenas a quem "sentasse" na praça pública, na *ágora* (lembramos que as mulheres, crianças, escravos eram excluídos!), mas apenas a quem *falasse*, a quem se levantasse e apresentasse seu projeto, seu pensamento. A verdadeira participação política é, então, a participação no *planejamento*, não apenas na execução ou nos resultados. Agora, vejamos o caso brasileiro: naquela instância na qual os cidadãos deveriam poder dizer sua palavra, que é a mídia, eles são excluídos. Há nove famílias que detêm 90% dos meios de comunicação no Brasil.

Herbert de Souza afirmava, com razão, que vivemos uma sociedade fascista, autoritária, pois "o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação". O que é mais grave, contudo, é que, pela Constituição de 1988, os meios de comunicação eletrônicos são concessões, são um *serviço público*; mas, como argutamente nos mostra Marilena Chauí³, não existe mais o direito universal à informação, quando os meios de comunicação passam a ter "donos", que vão defender apenas os interesses privados.

A partir de uma ética que se funda na ação comunicativa, fica evidente, assim, sua ausência numa política que queira ser democrática e participativa.

Pedrinho Guareschi, professor e pesquisador no programa de pós-graduação em Psicologia da PUCRS

Referências:
[1] Hegel, E. *Prefácio* à obra *Princípios da Filosofia do Direito*, S. Paulo: Martins Fontes, 1997.
[2] Hegel, E. *Fenomenologia do Espírito I*, Vozes, Petrópolis, 1992, pp. 53.
[3] Chauí, Marilena. *Em carta a alunos, Chauí explica seu silêncio*, Folha de S. Paulo, 21/09/05, p. A 10.



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

IMPRESSO ESPECIAL
COTRATO Nº 0367/01
ECT/DR/RS
CRP-07 - Conselho Regional de
Psicologia 7ª Região
ACF BOM FIM

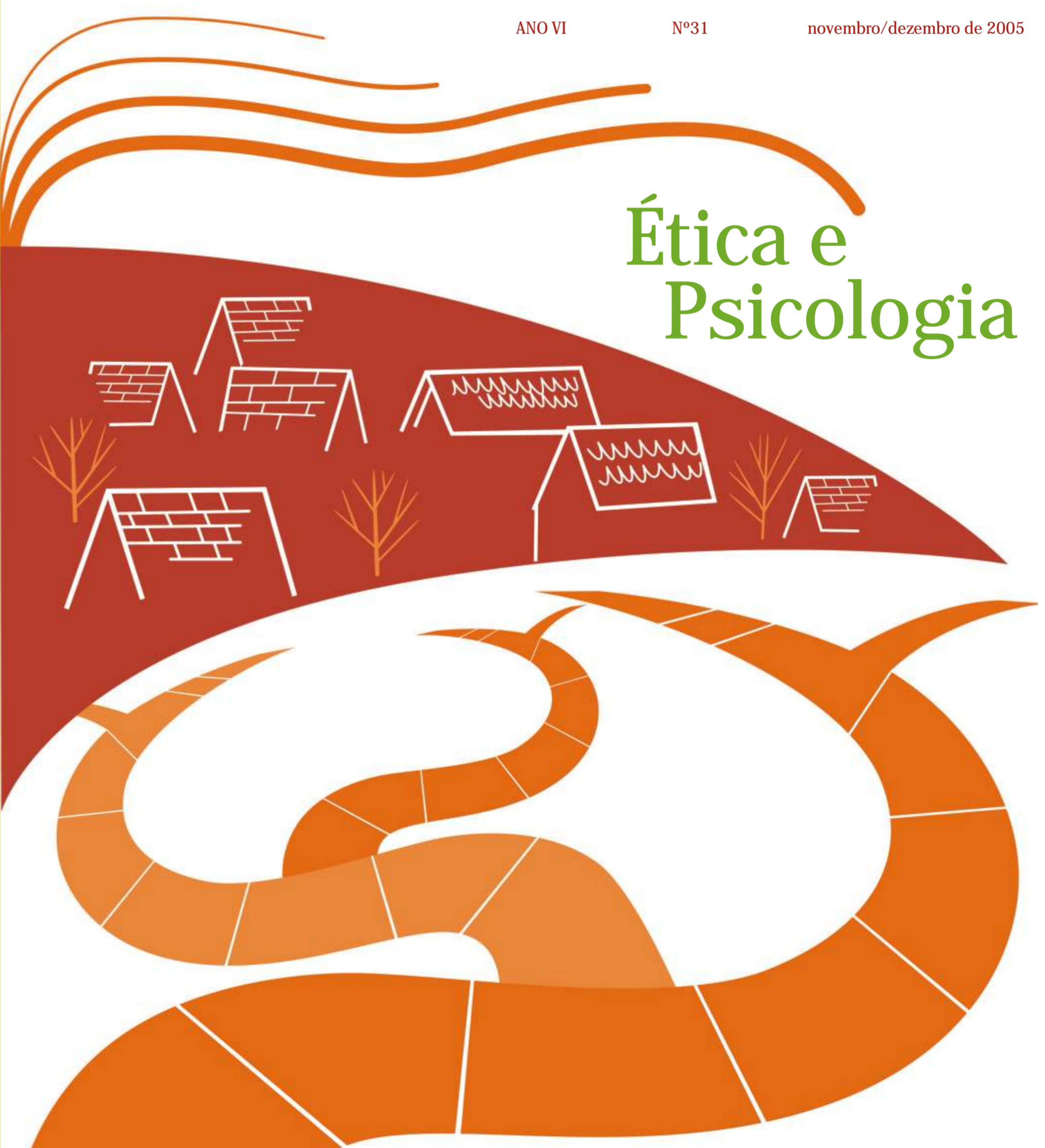
ENTRE LINHAS

ANO VI

Nº31

novembro/dezembro de 2005

Ética e Psicologia



Editorial	2
Pra Psis	3
Ética e Corpo	4
Ética e Psicologia	6
Ética e Avaliação Psicológica	8
Ética e Pesquisa	10

Batalha incansável

A Gestão PRAPSIS completou seu primeiro ano em 27 de setembro passado. Desde o início, estabelecemos como princípio promover, na articulação da Psicologia com a sociedade, a valorização e a participação profissional alicerçadas nos compromissos éticos e políticos dos direitos humanos. Estabelecemos como principais objetivos da gestão: 1) promover, como prioridade, a orientação aos profissionais e à sociedade sobre o exercício da Psicologia; 2) estreitar as relações com a categoria, intensificando a interiorização das ações e contemplando a diversidade das práticas profissionais e dos contextos regionais; 3) otimizar a estrutura e o funcionamento do CRPRS; 4) estabelecer princípios e prioridades para a representação do CRPRS junto à sociedade.

Neste ano, várias ações já foram implementadas buscando priorizar a orientação e a interiorização. Estamos criando espaços em que o psicólogo possa se sentir acolhido para buscar orientação nas sedes do Conselho em Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, garantindo a presença de técnicos para orientação, uma vez por mês, nas sedes do interior.

Também estamos promovendo encontros por regiões sobre questões relacionadas à avaliação psicológica de condutores, à atuação do psicólogo no sistema penitenciário, à supervisão de estágio, entre outras, buscando divulgar e discutir informações pertinentes ao exercício profissional. Já foram realizadas Sessões Plenárias em Pelotas e Caxias do Sul, encontros em Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, e, até o final do ano, estaremos em cidades como Jui, Alegrete e Camaquã.

Buscamos otimizar a estrutura e o funcionamento do CRPRS, ampliando o número de funcionários para garantir atendimento de qualidade. Não podemos esquecer que somos uma categoria profissional em crescimento. Neste ano, recebemos mais de 800 novas inscrições, ultrapassando os 11.500 psicólogos inscritos ativos. Prevemos, para 2006, inaugurarmos a nova sede, mais ampla e com fácil acesso.

No campo político, destacam-se ações nas Políticas Públicas (com várias atividades e arenas de diálogos abertas e realização de seminários quinzenais sobre temas específicos), em Direitos Humanos, em questões ligadas à Psicologia no trânsito, no sistema penitenciário, na segurança pública e avaliação psicológica. Estamos colocando em dia e agilizando os processos éticos. Enfim, várias frentes foram mantidas, abertas ou reorientadas. Em todas essas iniciativas, estamos contando com a presença crescente dos psicólogos. Não podemos deixar de lembrar que estamos vivenciando um momento de reivindicações reacionárias e conservadoras no campo da saúde, exemplificadas, principalmente, pelo “Ato Médico” e pela “Contra-Reforma Psiquiátrica”. Para esse enfrentamento, adotamos a estratégia de articular nossas ações, por meio das diversas Comissões e Grupos de Trabalho, com outros grupos representativos, como o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Participamos de duas audiências públicas na Assembléia Legislativa, com posição contrária à aprovação dos projetos de lei sobre o ato médico (PLS 25/2002) e a ampliação dos leitos em hospitais psiquiátricos (PL 40/2005, do deputado Adilson Troca).

Mas também tivemos nossos momentos de homenagens. A Plenária do CRPRS indicou para o prêmio Destaque Saúde da Assembléia Legislativa a psicóloga Sandra Fagundes, incansável batalhadora por uma ética baseada nos direitos humanos.

No dia 27 de agosto, entrou em vigor o novo Código de Ética dos Psicólogos, resultado de grande mobilização de profissionais que, no Rio Grande do Sul, se reuniram para discutir e apresentar sugestões na capital e no interior. Esta edição do *EntreLinhas* é dedicada ao tema da ética e representa o nosso esforço, como categoria profissional, em construir um novo código e, principalmente, uma Psicologia fundamentada nos princípios éticos.

“Uma única vez não cria o hábito”

O tema principal deste *EntreLinhas* foi gerado pela aprovação do novo Código de Ética dos psicólogos, ocorrida em maio na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos, em Brasília. O novo código traz princípios que nos auxiliam a refletir sobre o exercício profissional. Cabe ressaltar que é importante sua leitura, apoiada na perspectiva do contexto histórico em que foi engendrado. Conforme veremos em artigo da conselheira Simone Hüning, o código anterior, aprovado em 1987, foi sendo ressignificado com acontecimentos produzidos a partir de distintos movimentos sociais. O novo código foi o resultado de um longo debate em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, o CRPRS realizou onze reuniões em várias cidades, envolvendo diretamente quase mil psicólogos. Praticamente todos os itens construídos, organizados e sistematizados nesses encontros foram contemplados na versão final do novo código.

Ao examinarmos etimologicamente a palavra *ética*, verificamos que vem do latim *ethica*, e significa moral natural. Dos gregos, há o termo *ethos*, que significa modo de ser, caráter, costume. Ethos também pode ser entendido como nossas moradas, nossas formas de habitar o mundo e de ser habitado por ele. Assim, podemos afirmar que a ética se constitui cotidianamente nas formas, nos costumes e nos modos de serem construídos nas relações consigo e com os outros.

Dessa maneira, cabe questionar: qual é nossa morada? De que forma construímos no cotidiano nosso cuidado com o outro? Que ética está presente nas relações que adotamos? A questão da Reforma Psiquiátrica pode ser um bom campo de análise desse processo. No dia 5 de outubro, ocorreu, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 040/2005, que praticamente extingue a atual Lei da Reforma Psiquiátrica no Estado. Trata-se de um projeto retrógrado em muitos sentidos, principalmente, no campo da política e da ética. Retoma a velha e carcomida ética de que podemos nos apropriar do corpo de outrem à sua revelia, trancafiá-lo e condená-lo à morte, sem qualquer possibilidade de defesa. Afinal, é uma ética que tenta calar a voz da diferença e do diverso. Nesse sentido, cabe a nós, como categoria profissional que se posiciona de forma crítica e ética, contribuir com nossas práticas para abrir espaços de voz e escuta ao diferente.

Como marco para esse diálogo, o *EntreLinhas* apresenta dois artigos que se articulam com o tema do número anterior - o corpo. Porém, avançam na discussão, estabelecendo a interlocução entre corpo e ética. A psicóloga Rosa Mayer nos convida a refletir criticamente sobre o programa Fumo Zero,

argumentando que o controle do tabagismo não deve ser fundamentado em uma ética bélica nem em uma lógica médico-higienista, e nos desafia a pensar e engendrar práticas emancipatórias que articulem cuidado, fenômenos contemporâneos e continuas reflexões sobre as práticas que vivenciamos. A psicóloga Lúcia Stenzel, por sua vez, aborda a questão da obesidade, argumentando que não podemos reduzir o fenômeno à esfera biomédica. O cuidado com o outro implica em sensibilidade, formação e competência para a compreensão de que a obesidade e o tabagismo não se reduzem a reações metabólicas presentes em um corpo que já não pertence ao sujeito, mas, sim, ao império da mídia.

O *EntreLinhas* continua com artigos sobre ética e supervisão, com notícias do diálogo realizado com supervisores de estágio dos cursos de Psicologia do RS. A conselheira Kátia BONES Rocha enfatiza a importância da ética nos espaços do exercício profissional vinculados à supervisão de estágios. O conselheiro Diego da Rocha fala sobre a ética e avaliação psicológica, destacando aspectos que vem sendo debatidos pela Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS.

A ética na pesquisa é abordada pelas conselheiras Bárbara Conte e Simone Hüning, e pela psicóloga Maria Cristina Poli. As autoras argumentam a indissociabilidade entre produção de conhecimento e prática profissional e a importância da dimensão ético-política nesse processo.

Por fim, Pedrinho Guareschi fala sobre ética e política. Em tempos de crise nesse campo, o autor apresenta a importância da ética dialógica, ou seja, a “ação comunicativa” como substrato básico das relações entre as pessoas.

Pretendemos, também, com esses textos dialogar com a categoria dos psicólogos acerca das questões referentes à ética e suas implicações para o exercício profissional, sempre lembrando que ética não se reduz a uma lista prescrita de normas. Caso contrário, nossa prática não se diferiria de muitas profissões uniformizadas. A memória não se deixa enganar, lembramos a indagação de Georges Canguilhem (“O que é a Psicologia?”) em que, ao perguntar à Psicologia sobre qual é sua morada e que caminhos percorre, já fornece um conselho “uma única vez não cria o hábito: quando se sai da Sorbonne pela rua Saint-Jacques, pode-se subi-la ou descê-la; quando se sobe, chega-se ao Panteão, o *Conservatoire* de alguns grandes homens, mas quando se desce, certamente se chega à delegacia de polícia”.

anuidades novos valores para 2006

Em assembléia geral ordinária realizada no dia 15 de setembro, foram definidos valores para taxas, anuidades e emolumentos para o ano de 2006. O reajuste foi de 8,07%, seguindo o índice IPCA. As anuidades de Pessoa Física e Pessoa Jurídica para 2006 terão o valor de R\$ 222,63.

Anuidade - pessoa física	R\$ 222,63
Anuidade - pessoa jurídica	R\$ 222,63
Anuidade 1ª inscrição pessoa física	R\$ 109,69
Taxa de registro de pessoa física	R\$ 109,69
2ª via de carteira pessoa física	R\$ 32,10
Taxa de registro de pessoa jurídica	R\$ 163,19
Declarações	Isento
Atestados e certidões	Isento
Certificado inscrição pessoa jurídica	R\$ 65,92
Alteração de registro pessoa jurídica	R\$ 48,63

ENTRE LINHAS

expediente

Presidente: Maria da Graça Jacques
Vice-presidente: Neuz Maria de Fátima Guareschi
Tesorreira: Vera Lúcia Pasini
Secretária: Helena Beatriz Scarparo

Conselheiros
Adriana Martello
Ari Gomes Pereira Jr.
Bárbara Conte
Betina Hillesheim
Diego Villas-Bôas da Rocha
Elana Gonçalves de Moura
Hélio Possamai
Jefferson de Souza Bernardes
Kátia BONES Rocha
Lizete Ramos Dieguez
Nelson Eduardo Rivero
Raquel Conte Poletto
Silvana de Oliveira
Simone Maria Hüning

Coordenação Editorial
Comissão de Comunicação: Helena Beatriz Scarparo, Jefferson de Souza Bernardes, Silvana de Oliveira, Leticia Giamechini

Jornalista Responsável: Betânia Oliveira (Mtb/RS 9035)

Colaboraram nesta edição: Bárbara Conte, Diego Villas-Bôas da Rocha, Kátia BONES Rocha, Janine Monteiro, Lúcia Marques Stenzel, Maria Cristina Poli, Pedrinho Guareschi, Rosa Mayer, Simone Maria Hüning

Projeto Gráfico: Verdi Design
Diagramação: Rosana Silveira
Ilustração: Vinicius Mano
Revisão: Luis Augusto Lopes

Impressão: Impresul
Tiragem: 11.000 exemplares

E-mail: jornal@crp07.org.br



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul CRP-07
Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423/102 CEP 90035-191 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3335-1838 e 3330-3458
E-mail: crp07@crp07.org.br
www.crp07.org.br

Seção Sul
R. Félix da Cunha, 772/304 CEP 96010-000 Pelotas/RS
Fone: (53) 3227-4197
E-mail: crppelotas@terra.com.br

Seção Serra
Av. Itália, 325/705 CEP 95010-260 Caxias do Sul/RS
Fone: (54) 223-7848
E-mail: crpcaxias@terra.com.br

Cadastre-se no site para receber informativos eletrônicos do CRP-RS
www.crp07.org.br

Espelho invertido

Muito se estuda, se escreve e se discute sobre obesidade. Nunca o corpo gordo foi alvo de tantas condenações, intervenções e manipulações, simbólicas e efetivas, para modificá-lo. O corpo robusto hoje representa uma combinação de transgressões, pois contraria o ideal estético e saudável que pregamos. Sua representação negativa atinge simbolicamente a todos, fisicamente magros ou não.

Os critérios que orientam a forma como pensamos o corpo, como acreditamos que deva ser a nossa aparência, como desejamos obter saúde, fazem do corpo magro a expressão mais próxima deste ideal. Mas, e se mudássemos o foco? Se ele não fosse o centro para avaliarmos o chamado "bem-estar psíquico e social"? E se "emagrecer o corpo" não fosse o foco de nossos desejos e práticas, será que o transformaríamos estética e anatomicamente em busca destes ideais?

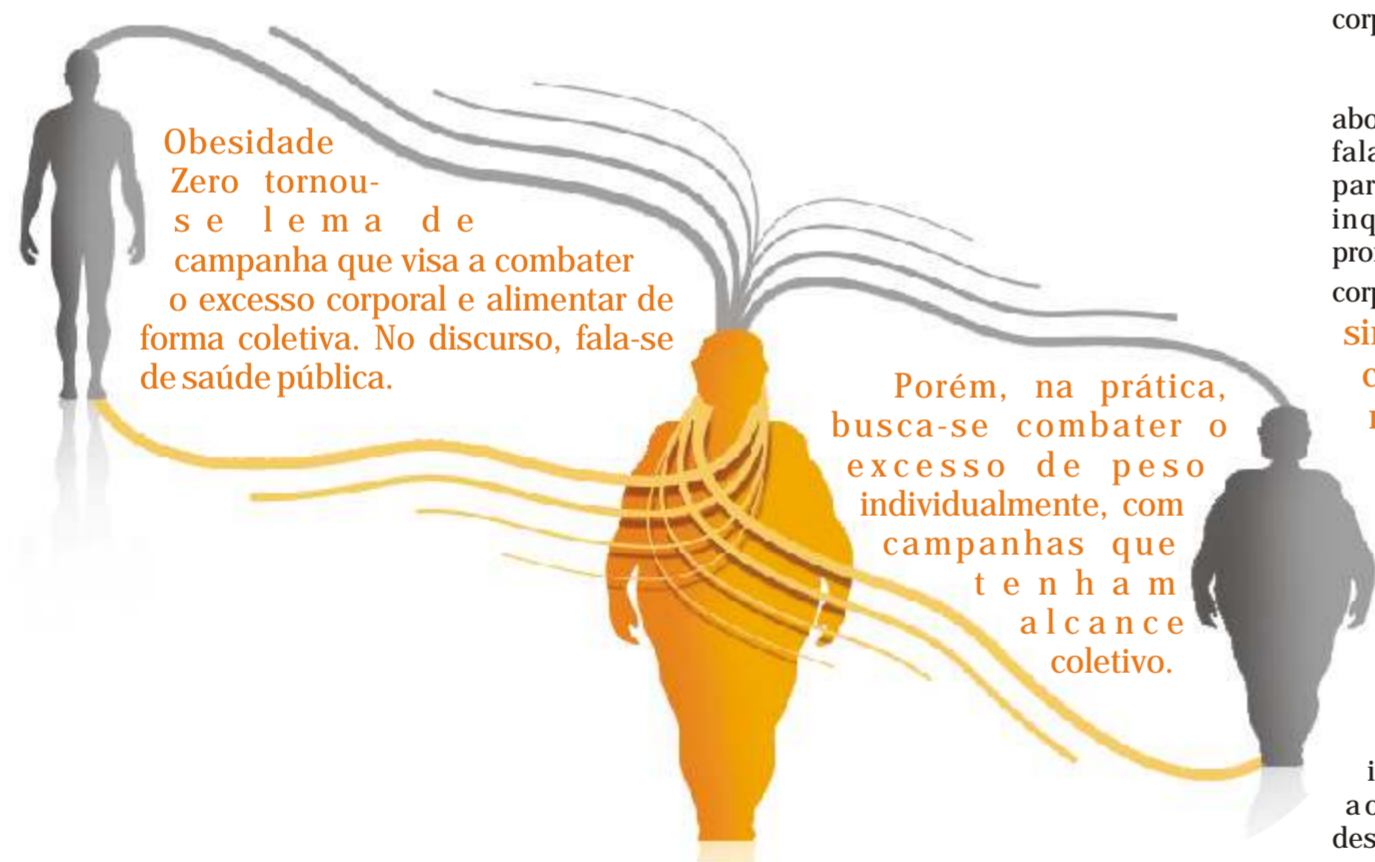
que o emagrecimento não só restitui a saúde física, como também recupera o "bem-estar psicossocial". Este tipo de abordagem sobre o excesso de peso é perigoso e limitado. Será possível falar em resgate do bem-estar psicossocial por meio do emagrecimento corporal?

Alguns psicólogos vêm adotando outro tipo de abordagem e de intervenção sobre o excesso de peso, e fala-se na necessidade de uma "mudança de paradigma". O paradigma dominante, que visa inquestionavelmente ao emagrecimento, vem promovendo atitudes autodestrutivas com relação ao corpo e à saúde. **As agressões, físicas ou simbólicas, com o objetivo de alcançar o corpo magro e ideal, já nos levaram a muitos extremos no que se refere a dietas e tratamentos que buscam desesperadamente a perda de peso.**

O que mais vamos inventar nesta busca incessante? Antes de levarmos adiante as pesquisas que aprimoram as terapias de emagrecimento, devemos nos perguntar por que pessoas saudáveis buscam, cada vez mais, tratamentos para perder peso, mesmo sem indicação? Por que pessoas com sobrepeso inferior ao indicado para uma cirurgia querem, desesperadamente, reduzir seu estômago?

Se entendermos o caminho histórico e social que nos faz compreender o corpo da forma como o concebemos hoje, ficará mais claro o significado destas práticas no intuito de emagrecer o corpo a qualquer custo, e outro rumo daremos às nossas pesquisas e intervenções.

Lúcia Marques Stenzel,
doutora em Psicologia pela PUCRS e
professora na Fundação Faculdade Federal
de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFCMPA)



Obesidade Zero tornou-se lema de campanha que visa a combater o excesso corporal e alimentar de forma coletiva. No discurso, fala-se de saúde pública.

Porém, na prática, busca-se combater o excesso de peso individualmente, com campanhas que tenham alcance coletivo.

O enfoque das instituições ligadas à saúde se dirige ao corpo gordo como representante da transgressão, fonte e fruto de transformação. O emagrecimento tem sido regra em todas as disciplinas que, de alguma forma, se deparam com corpos gordos.

Recentemente, em Porto Alegre, a obesidade como problema de saúde pública pautou um seminário em comemoração ao Dia Nacional da Saúde, realizado na Assembléia Legislativa, em 4 de agosto. Lá estavam diversas áreas refletindo e debatendo sobre este tema que coloca o corpo em excesso em lugar de destaque e como fonte de diferentes tipos de intervenção. A Psicologia, como não poderia deixar de ser, contribuiu com a discussão, ao levar um posicionamento crítico. Tratar o excesso de peso como uma transgressão individual que precisa ser "corrigida" e modificada deve ser, no mínimo, questionado pela Psicologia. A nossa disciplina, com suas diferentes abordagens psicoterápicas, tem sido "coadjuvante" de tratamentos médicos e nutricionais, contribuindo fortemente para a idéia de

A desinvenção é realista?

*"a minha alucinação é suportar o dia-a-dia
o meu delírio é a experiência com coisas reais"*
Belchior

Para a refletir sobre a proposta do projeto Fumo Zero, gostaria de usar uma fundamentação teórica que talvez pareça estranha, mas que ilustra o que de mais importante possa ser dito sobre o assunto. Trata-se do livro infantil *O Mágico Desinventor* (Marco Túlio Costa, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1981), que conta a história de um mágico, com cartola, coelho branco e poderes ilimitados. Observando a vida de crianças que brincam perto de sua casa, imagina quais são os maiores empecilhos para a felicidade delas. A partir de suas conclusões, passa a utilizar seu poder para "desinventar" tudo o que percebeu como obstáculo. Assim, no primeiro dia desinventa a televisão, no segundo, os automóveis, no terceiro, todos os tipos de armamentos e, no quarto dia, desinventa o dinheiro. O mágico ficou muito feliz, pois imaginou que conseguiria, com isso, garantir a felicidade das crianças.

É ficção infantil, mas dá para imaginar o resultado das desinvenções: o caos. Ao consultar as crianças sobre o que tinha dado errado, e na simplicidade que só as crianças conseguem ter, o mágico ouviu que não adiantava desinventar as coisas, porque não eram as "coisas" que atrapalhavam, e sim o uso que se fazia delas. Vale a pena ler o livro para conhecer o desenrolar da história, mas aqui nos interessa a metáfora que ele nos propõe.

Podíamos nos perguntar se o uso de tabaco sempre foi um problema tão grave, o que cabe para qualquer outro tipo de droga. Sabendo os danos que pode trazer à saúde, será que dá para imaginar que temos o poder de desinventar o tabaco, salvando a população desta chaga que mata e causa sofrimento a mais de um bilhão de pessoas no mundo?

Em toda a história do homem, drogas sempre existiram, embora nunca tenha sido tão danoso como na sociedade contemporânea. Será que mudaram as drogas, ou mudamos nós? Imagine um homem que fume um cigarro feito de palha e com fumo de rama. Ele precisa afinar a palha com canivete, picar o fumo bem pequeno e montar o cigarro, para então fumá-lo. A industrialização mudou este ritual. Com o tempo que levava para fazer um cigarro, o homem moderno pode fumar dois ou três. Além da quantidade, muda também a qualidade dos produtos consumidos, que hoje são compostos por mais de 4.700 substâncias.

Na convivência com usuários, discutindo com eles sobre o uso e acompanhando seu relacionamento com a droga, pude descobrir algumas coisas que hoje para mim são muito importantes. **Não existem receitas e definições que sirvam para todos os**

casos. Cada usuário é diferente e estabelece relações ímpares com a droga. Se a droga ocupa um lugar privilegiado na vida desta pessoa, ela só vai deixá-la por um motivo muito forte. Não basta que o motivo seja forte para os dados epidemiológicos, para o técnico de saúde ou para a sua família. O fato de o sujeito não conseguir ou não querer parar de usar a droga não quer dizer que ele não se interessa pela sua vida ou pela sua saúde, ou que se negue a discutir o assunto. É necessário que estejamos dispostos a ouvi-lo como ser único, que tem uma vivência própria e que, portanto, tem uma saída ímpar para os seus problemas.

Qualquer abertura para a reflexão é uma vitória. O uso compulsivo é sempre mais danoso e intenso. A possibilidade de pensar: "aqui não", "agora não", "por que mais um?", "desta forma não", já estabelece um pensamento entre o desejo/necessidade e o consumo, um passo muito importante.

Levando em conta esta aprendizagem, podemos pensar como a redução de danos é capaz de lidar com o tabagismo. Em primeiro lugar, não existe "o fumante" e sim "os fumantes", que estabelecem relações e que fazem uso de maneiras muito diversas. Isto é fundamental se quisermos ajudá-lo, pois teremos que acompanhá-lo

em sua
reflexão
tentativas e no
disposto a mudar.
em suas
, em suas
que está

Se pensarmos enquanto sociedade, como saída coletiva, com certeza as formas de restrição têm eficácia importante. Apesar de muitas vezes ser usada como forma de constrangimento, a regulação de locais e momentos para o uso do tabaco faz com que o fumante diminua o consumo e, principalmente, aprenda que pode retardar o próximo cigarro, desde que o motivo seja realmente importante, por exemplo, durante a aula. Isto também contribui para que ele experimente o fato de ser capaz de se concentrar e pensar sem estar fumando. Este distanciamento causado por uma imposição social acaba sendo uma experiência individual de aprendizagem sobre o seu corpo.

Podemos parecer pouco comparado ao tamanho do problema, mas aprendi a reconhecer o alcance e o limite da nossa intervenção. Minha experiência tem me ensinado que mágicos desinventores não existem, que um mundo sem drogas habitado por seres humanos é ilusão. Prefiro viver a realidade.

Um novo Código de Ética para os psicólogos

A função primordial de um Código de Ética profissional não é normatizar a natureza técnica do trabalho, mas assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria. Neste sentido, a discussão da ética no exercício profissional deve-se dar em pelo menos duas dimensões. A primeira delas podemos chamar de princípios e, a segunda, de código deontológico.

No que concerne aos princípios, estes devem se orientar pela idéia de afirmação da vida e das diferentes subjetividades. Estes valores estiveram presentes na elaboração dos princípios do novo Código de Ética profissional, que relaciona o compromisso dos psicólogos com a promoção da saúde, da dignidade, da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Os princípios do código contemplam, ainda, a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

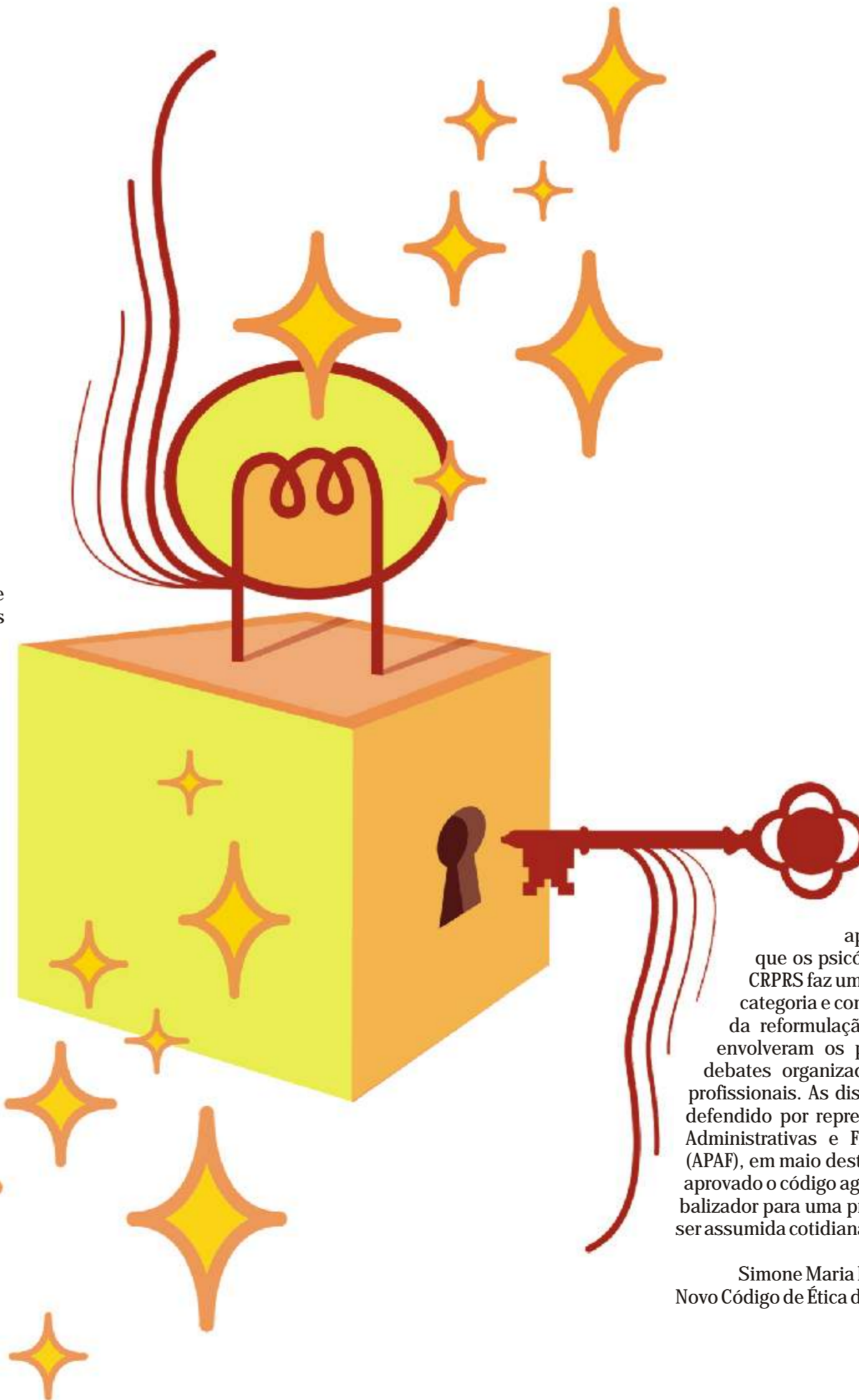
Por sua vez, a dimensão deontológica diz respeito ao conjunto de regras e deveres que orienta o exercício profissional, que são elaborados com base nos princípios mencionados. Neste sentido, é importante que o Código de Ética, como código deontológico, apresente normas claras, a partir das quais os profissionais possam justificar eticamente suas ações. Porém, frente à impossibilidade de se prever todas as situações com as quais os profissionais se deparam no seu cotidiano, estas normas não devem ser unívocas, absolutas. **Assim, a redação do código deve ser aberta para permitir a reflexão, já que um mesmo comportamento poderá ter significados éticos diferentes. Por essas razões, a existência de um código deontológico não substitui a responsabilidade do profissional na tomada de decisões sobre questões relativas à ética no exercício profissional.**

A reflexão acerca dos princípios e deveres que deveriam orientar os psicólogos frente às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira, referendou as discussões realizadas em todo o Brasil, durante os últimos quatro anos, que resultaram na elaboração do atual Código de Ética, em vigor desde 27 de agosto último. A construção levou em consideração legislações posteriores à data de aprovação do antigo código (1987), tais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e Resoluções do próprio Sistema Conselhos de Psicologia. Além disso, buscou-se contemplar os desafios que se apresentam para a profissão, como práticas emergentes e novas configurações dos contextos de trabalho.

No novo Código, de forma geral, destaca-se a orientação por uma atuação baseada no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade, apoiada nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Foram feitas alterações importantes, tanto em termos de forma de organização quanto de conteúdo dos artigos. Em relação à forma, diferentemente do código anterior, este passou a ser dividido em apenas três capítulos: Princípios Fundamentais, Das Responsabilidades do Psicólogo, e Das Disposições Gerais.** Com a redução das subdivisões, muitos artigos foram reorganizados e tiveram sua redação aprimorada, e outros foram incluídos, implicando, portanto, mudanças em termos de conteúdo. De modo geral, tais alterações consideraram a necessidade de uma reflexão acerca do contexto político, econômico, social e cultural, buscando contemplar necessidades e dificuldades apontadas pelos psicólogos e pontuadas durante o período de elaboração do código.

Por fim, para além das mudanças objetivas que a alteração do Código de Ética Profissional acarreta e, na medida em que compreendemos que a discussão não pode ser reduzida a um código que se apresenta de forma agora concluída, enfatizamos que esse processo apresenta-se como uma excelente oportunidade para que os psicólogos se apropriem e discutam este dispositivo. O CRPRS faz um convite para dar continuidade a este diálogo com a categoria e com a sociedade, a exemplo do que foi feito no período da reformulação do código, com a realização de eventos que envolveram os psicólogos de diferentes regiões do Estado, em debates organizados em parceria com instituições acadêmicas e profissionais. As discussões deram origem ao posicionamento que foi defendido por representantes do CRPRS na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF), em maio deste ano, na cidade de Brasília, quando foi finalmente aprovado o código agora em vigor. Temos um novo código, e fazer dele um balizador para uma prática profissional ética é tarefa contínua, que deve ser assumida cotidianamente por cada um de nós.

Simone Maria Hüning, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre o Novo Código de Ética do CRPRS



No limiar entre prática e formação

No dia 2 de setembro, a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRPRS realizou o encontro "Supervisão Acadêmica e Ética - Práticas em Psicologia", com o objetivo de abrir um espaço de interlocução com os supervisores acadêmicos dos cursos existentes no Rio Grande do Sul. O evento contou com a participação de cerca de 40 profissionais, representando 16 cursos de Psicologia.

A atual gestão adota uma política prioritariamente de orientação, visando à interiorização das ações. A ideia é contemplar a diversidade das práticas profissionais e dos contextos regionais, aproximando a categoria para o debate sobre as particularidades da Psicologia e seus dilemas éticos.

Foram discutidos temas como supervisão local e acadêmica, estágios extra-curriculares, complexidade das problemáticas enfrentadas pelos alunos nos estágios, relacionamento com outros profissionais. Com a apresentação de questões éticas e legais envolvidas no âmbito da supervisão, relatos e casos que chegam à área técnica no Conselho, foi possível observar que a supervisão acadêmica possui peculiaridades relacionadas ao funcionamento de cada instituição, e também de acordo com a região geográfica onde se encontra.

Os participantes reforçaram a importância de o CRPRS propor esta pauta, uma vez que a atividade de supervisão encontra-se no limiar entre a prática profissional e a formação. A discussão será ampliada, com novos encontros, em diferentes regiões do Estado, com a participação de profissionais locais.

Kátia Bones Rocha, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRPRS

O CRPRS, por meio da COF, está disponível para participar de aulas de Ética nas faculdades, para discutir as questões da prática profissional e do código de ética. Também há materiais sobre legislação e exercício profissional para consulta nas sedes de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas.

Ética e avaliação psicológica

Ao pensarmos em Psicologia, consideramos sempre as questões referentes a compromissos ético-políticos, à forma de atuação, à concepção teórica, à qualificação e à capacitação do profissional. No trabalho com instrumentos de avaliação psicológica, torna-se ainda mais imperativa a observância dos aspectos éticos.

A avaliação psicológica assegura espaço, reconhecimento e legitimação do exercício profissional, pois nesta área o psicólogo é o perito, mas ele precisa se valer de instrumentos adequados, dentre os quais os testes psicológicos, como auxiliares muitas vezes necessários para colaborar e balizar tomadas de decisões em normas mais objetivas, facilitando inclusive o diálogo com outras áreas do saber, como o Direito, por exemplo.

Todavia, a avaliação psicológica suscita questionamentos e inquietações a vários setores da sociedade, inclusive aos psicólogos, pois as suas funções classificatórias e reguladoras poderiam conferir um "foro científico" a processos de marginalização e exclusão social.

Portanto, o uso de instrumentos como o teste psicológico precisa andar ao lado de uma atitude crítico-reflexiva fundamentada teórica e cientificamente, de modo que as avaliações consigam levar em conta a singularidade, a diversidade e a complexidade do comportamento humano.

O código de ética dos psicólogos, em seus princípios fundamentais, afirma que o profissional deve atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. O mesmo também salienta que este deve atuar com responsabilidade por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para desenvolver a Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática. Assim, faz-se necessário que o psicólogo saiba também avaliar a qualidade dos instrumentos de que dispõe para o melhor uso destes. Após a avaliação dos testes psicológicos e a reprovação de vários instrumentos que eram utilizados nas avaliações, isto ficou mais preocupante, pois se reduziram as opções de testes, obrigando a categoria a buscar uma atualização ou reciclagem nos seus instrumentos.

Outros cuidados indicados para um uso ético da avaliação psicológica seriam: utilizar os instrumentos como um meio (estimativa) e nunca como um fim; durante a aplicação dos instrumentos e das técnicas, momento de extrema importância no qual se dá o processo relacional entre psicólogo e avaliado(s), observar vários aspectos e condições envolvidas na situação; na análise e integração dos dados, utilizar os conhecimentos psicológicos, buscando ter uma visão dinâmica do indivíduo, assim como ao seu bem-estar.

Atualmente, a Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS, que reúne conselheiros, assessoria técnica e psicólogos especialistas, tem como finalidade discutir e propor ações referentes à avaliação psicológica e seus desafios, tanto no exercício profissional quanto na relação com a sociedade. No momento, discutimos sobre a impossibilidade do acesso para compra e utilização de testes aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, remuneração de perícias judiciais, critérios éticos para a autorização de pesquisas e outros temas. Não obstante, trabalhamos com a Comissão de Orientação e Fiscalização, em como proceder para responder de maneira rápida e eficiente às perguntas mais recorrentes sobre avaliações psicológicas encaminhadas ao CRPRS.

Diego Villas-Bôas da Rocha, presidente da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS

Janine Monteiro, psicóloga, integrante da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS

agenda

EVENTOS

21/11 – Intersetorialidade e Controle Social

Convidados: Henrique Nardi, professor do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, e Silvestre Sérgio Cachanoski, presidente do Conselho Estadual de Saúde
Horário: das 19h às 21h
Local: PUCRS, prédio 40, sala 413 Participação gratuita Informações e inscrições: crp07@crp07.org.br
Realização: Comissão de Políticas Públicas do CRPRS

05/12 – Política Orçamentária do Estado - políticas públicas como instrumento de democratização na sociedade

Convidados: Representante Governo Estadual e Paulo Riccardi
Horário: das 19h às 21h
Local: PUCRS, prédio 40, sala 413 Participação gratuita Informações e inscrições: crp07@crp07.org.br
Realização: Comissão de Políticas Públicas do CRPRS

12/12 - Psicologia do Esporte e do Exercício

Palestrante: Benno Becker Junior, psicólogo, mestre em Educação (PUCRS) e doutor em Psicologia (Universidade de Barcelona), professor de Psicologia do Esporte da ULBRA
Horário: 19h30
Local: Clube Brilhante (R. Rafael Pinto Bandeira s/nº - Pelotas/RS)
Participação gratuita
Informações: (53) 3227-4197 ou crppelotas@terra.com.br

ESTANTE

A invenção da Psicologia Social

Rosane Neves da Silva, Ed. Vozes, 2005
A autora, psicóloga, mestre em Psicologia Social (PUCRS) e doutora em Educação (UFRGS), investiga e reflete, apresentando com método e profundidade, a discussão indispensável sobre o nascimento das ciências sociais, mais especificamente, da Psicologia social. A obra mostra os condicionantes históricos que possibilitaram o seu surgimento e como esta disciplina pode ajudar a superar a dicotomia entre o individual e o social.



Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul - registros da construção de um saber-agir
Helena B. K. Scarparo, EDIPUCRS, 2005
A partir de uma exaustiva revisão histórica, a autora oferece a rica oportunidade de compreender a forma como a Psicologia Comunitária foi se delineando no Rio Grande do Sul, na direção da superação do modelo médico e assistencialista tão fortemente arraigado às práticas psi. O estudo inclui depoimentos inéditos de profissionais e intelectuais da área que protagonizaram experiências fundamentais.

Produção de conhecimento na prática profissional

A complexidade da vida na sociedade contemporânea tem interrogado constantemente a Psicologia quanto às suas práticas, objetivos, formas de produção de conhecimento, potenciais e limitações na intervenção. Tais questões nos remetem, inevitavelmente, à reflexão sobre a dimensão ética da Psicologia, das instâncias da pesquisa ao exercício profissional, dada a indissociabilidade destas.

Esse debate se faz presente na Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia, com o qual se pretende avançar de posições aplicativistas, tecnicistas ou cientificistas da Psicologia, problematizando o imbricamento destas esferas e seus comprometimentos com as dimensões ético-políticas. Esta preocupação fundamenta-se na medida em que a Psicologia vincula-se simultaneamente a um campo de produção denominado científico e a um campo de práticas que convençionalmente chamamos de exercício profissional. Em que medida pode-se sustentar essa divisão? Como é possível pensar a ética a partir de um reposicionamento destas instâncias?

Para apresentarmos nosso posicionamento acerca destas questões, sustentaremos a argumentação em dois pilares: uma reflexão sobre a compreensão da ciência da pesquisa em Psicologia e outra sobre o entendimento da ética nas instâncias de produção de conhecimento e das práticas *psi*.

Por muito tempo, houve uma cisão entre a ciência e outras instâncias da ação humana, reservando-se à primeira esferas supostamente privilegiadas de produção e reflexão - as academias. **Hoje, o debate acerca da ciência, da pesquisa e da ética é mais do que um tema de interesse da sociedade, mas um compromisso que deve estar presente também nas instâncias do exercício profissional.** Cada vez mais, se reconhece a estreita relação entre saberes e poderes, ou, dito de outro modo, o reconhecimento de que todo saber é político, imbricado com a concepção de sociedade de cada época e constituinte das práticas culturais dessa sociedade, portanto, constituinte dos sujeitos.

Algumas perspectivas centrais nas produções teóricas apontam que não se isola a prática científica de outras práticas sociais para não destituir o caráter político do conhecimento. Ciência e conhecimento não se produzem em um "mundo paralelo", são discursos produzidos no interior das práticas culturais, abdicando do universalismo, da neutralidade e da busca de uma verdade última que possa captar a "essência da realidade". Nesse sentido, pesquisa não está dissociada da ação. Pesquisar implica ação, transformação do mundo. É, portanto, uma ação ética e política.

Podemos abordar a questão da ética a partir do mito descrito por Freud em *Tótem e Tabu* (1913), que trata da forma primordial de organização entre os membros da mesma tribo e explícita seu significado em duas direções opostas. De um lado, o "sagrado", do outro, o "proibido". Indica o que é acessível a todos e introduz o tabu como conceito de reserva. As proibições fundamentam-se em duas leis: não matar o animal totêmico (homicídio do pai) e evitar o comércio sexual entre seus membros (incesto). Esse mito introduz a moralidade, que implica na renúncia frente ao proibido e ao desejado. A lei que veio do externo em *Tótem e Tabu* instituiu a organização da sexualidade nos indivíduos (pois agora os filhos poderiam ter acesso às mulheres que somente o pai tinha) e instituiu também a moralidade e a culpa (decorrente do crime coletivo), tornando-se simbólica com o processo de recalque e formação do superego. Ser o homem responsável por seus próprios atos e conhecer sua finitude é a condição decorrente do desamparo humano frente à morte do pai.



Nesta perspectiva, a psicanálise dá sua contribuição à Psicologia, ao propor a noção de sujeito descentrado, tirando o foco do racionalismo do conhecimento centrado no sujeito consciente e mirando o inconsciente. O inconsciente é o estranho/familiar que está recalcado no sujeito sob a forma da lei, e que retorna sob a forma da realidade psíquica, ou seja, aquilo que é produzido de novo na passagem do outro pelo sujeito. O passo da moralidade à ética é, parafraseando Umberto Eco, "quando o outro entra em cena". A dimensão ética é aquela em que a lei regula as relações interpessoais, inclusive aquelas com um outro que a impõe. Instaure-se, assim, uma ética que implica uma dimensão de reconhecimento do semelhante e de responsabilidade para com o outro, mediada pela palavra. Ética que consiste essencialmente no que Lacan chamou de "um juízo sobre nossa ação", que comporta um juízo implícito da ação referida.

Desta forma, a ética da prática profissional não assume o caráter moral, entendido como uma ação boa ou má, mas se sustenta na possibilidade do reconhecimento da complexidade do sujeito que leva em conta a alteridade e o juízo da ação. **Assim como a ciência não pode ser reduzida a uma ação neutra de descoberta de um mundo a priori, a ética não pode ser reduzida a normatizações e regulamentações materializadas em códigos, comissões, consentimentos informados ou comitês.** Estas são ferramentas que, se por um lado podem constituir-se em importantes dispositivos de reflexão sobre a ética, por outro, paradoxalmente, podem encarnar o risco da burocratização e legalização da ética. A nós, que produzimos e operamos com a Psicologia, cabe não abrimos mão de um compromisso de reflexão sobre a implicação ética de nossas teorias, ações, técnicas, instrumentos, que jamais pode ser reduzido a qualquer código moral ou deontológico.

Bárbara Conte, presidente da Comissão de Ética do CRPRS
Simone Maria Hüning, integrante da Comissão de Ética do CRPRS

Em defesa da condição humana

Comemora-se a edição do novo Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Gostaria de comentar brevemente e trazer para reflexão da categoria o artigo nº16 (b) no qual se lê que, em procedimentos de estudos e pesquisas, o psicólogo "garantirá a participação voluntária dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código" (p.14). A expressão "consentimento livre e esclarecido" é decorrente da resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de toda pesquisa que envolva seres humanos. Sem considerar as particularidades de cada ciência e de cada método - ou seja, assumindo de modo acrítico a definição positivista de ciência - essa resolução do CNS incorpora os princípios básicos da bioética. Entre eles, o princípio da autonomia que é garantido aos sujeitos de pesquisa através da assinatura de um "Termo de consentimento livre e esclarecido". O Conselho Federal de Psicologia, em resolução nº16/2000, prescreveu para a categoria a adoção destas normativas. A redação do artigo supramencionado, no novo Código de Ética Profissional, relativiza tal posição, mas mantém a prescrição. Cabe-nos, pois, refletir sobre a imposição do modelo biomédico na pesquisa em Psicologia (realidade cotidiana de quem trabalha na universidade) e buscar preservar as especificidades éticas e metodológicas de nossa profissão.

Historicamente, a bioética busca estabelecer princípios que ajudem a preservar a dignidade humana e fazê-la co-habitar com os avanços científicos. Seus princípios fundamentais são autonomia (preservação da capacidade de autodeterminação do sujeito), beneficência (promover o bem deste sujeito), não-maleficência (evitar ao máximo os riscos e danos previsíveis), justiça e equidade (garantir a relevância social e a igual consideração dos interesses envolvidos). Lembremos também que bioética significa, literalmente, "lugar da vida pública/política". Como indica Giorgio Agamben (1997), a designação da vida como *Bios*, em grego, se diferencia de *Zoe*, termo que indica a vida na sua dimensão natural. Efetivamente, a preocupação com a condição humana - com o que caracteriza o homem para além de seu ser de natureza - é também o que nos faz considerá-lo como sujeito em relação, sujeito da linguagem e da representação.

A Psicologia e os psicólogos têm a tarefa de lembrar continuamente à comunidade científica a raiz de um termo tão precioso. Isto é, resgatando a idéia de que, ao falarmos de bioética, deveríamos estar falando de uma "ética" (do grego *ethos* - morada e modo de ser, ou seja, segundo Figueiredo (1995), lugar simbólico que situa a relação do

sujeito com o mundo e com os outros) que busca preservar a vida na sua dimensão propriamente humana: permeada pela linguagem e pela capacidade simbólica, pelo que nos permite viver em sociedade e compartilhar valores.

No entanto, acompanhamos nos últimos anos o esquecimento dessas raízes. No lugar das perguntas "como poderemos preservar a autonomia dos sujeitos? (o que é afinal autonomia?)", ou "de que modo seguir o princípio da beneficência? (o que é o bem para o sujeito?)", e ainda "como realizar uma ciência justa? (o que é mesmo ser justo?)", estabelecem-se princípios burocráticos. A assinatura de um "termo de consentimento livre e esclarecido" e o preenchimento adequado de formulários parecem bastar para atestar a "submissão" do pesquisador a esses preceitos. Submissão, sim, mas a normas estanques, sem crítica e sem reflexão.

Uma ética crítica e reflexiva, isto é, uma ética consoante com o respeito ao ser humano em sua condição humana (*bios* e não *zoe*) não pode fixar princípios universais, não pode estabelecer dogmas que preexistam à condição da tomada de palavra para dizer, a cada vez, o que são, por exemplo, beneficência (o bem) e justiça (e o justo).

Definir de forma estanque esses conceitos é também não considerar que se o ser humano é sujeito de linguagem é porque está sujeito à linguagem. Isto é, ele é efeito dos dispositivos discursivos de seu tempo. Como, então, pressupor-lhe autonomia sem considerar todos os efeitos de sugestão, de sujeição, de interação? Seria suficiente a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido para que esta suposta autonomia esteja assegurada?

A Psicologia tem papel importante na discussão dos pressupostos da bioética. Cabe a nós, psicólogos, demonstrarmos que o estabelecimento de princípios não é suficiente para o pesquisador liberar-se da tarefa de reflexão crítica e ética, tampouco - e menos ainda - o é a criação de dispositivos universais de aplicação que desconsiderem os contextos de efetivação das pesquisas, as especificidades de seus métodos e os sujeitos em suas singularidades.

Referências:
Agamben, Giorgio (1997). *Homo sacer le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil.
Arendt, H. (2004). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
Figueiredo, L. C. (1995). *Revisitando as psicologias: da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos da psicologia*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUC.

Maria Cristina Poli, psicóloga e psicanalista, doutora em Psicologia pela Université Paris 13